CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

Ano XI - Nº 4.657

Quinta-feira, 3 de Dezembro de 2015

DIÁRIO OFICIAL DO LEGISLATIVO

Fotos: Valdemiro Lopes



Foto: Internet

Homenagem ao Dia Nacional do Samba e aos 40 anos do bloco Alvorada

Sessão especial foi requerida pelo vereador Moisés Rocha



O vereador Moisés Rocha (PT) afirmou que o Dia Nacional do Samba foi uma iniciativa da Câmara de Salvador, em 1940, para marcar a passagem do compositor Ary Barroso, autor do samba "Na baixa dos Sapateiros", pela cidade. "O samba é uma família. O samba e o Alvorada, um bloco de inclusão, se fundem", frisou Moisés Rocha, ressaltando que o samba não é só um ritmo, mas um patrimônio imaterial brasileiro.



Leia mais na página 3

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR
Criado pela Lei 4.429 de 19 de novembro de 1991

Presidente:
Paulo Câmara
paulocamara@cms.ba.gov.br

1º Vice-Presidente:
Geraldo Júnior
geraldojunior@cms.ba.gov.br

2º Vice-Presidente:
Claudio Tinoco
claudiotinoco@cms.ba.gov.br

3º Vice-Presidente:
Isnard de Araújo
isnardaraujo@cms.ba.gov.br

1º Secretário:
Kiki Bispo
kikibispo@cms.ba.gov.br

2º Secretário:
Orlando Palhinha
palhinha@cms.ba.gov.br

3º Secretário:
Alfredo Mangueira
alfredomangueira@cms.ba.gov.br

4º Secretário:
J. Carlos Filho
jcarlosfilho@cms.ba.gov.br

Corregedor-Geral:
Edvaldo Brito
edvaldobrito@cms.ba.gov.br

Ouvidor-Geral:
Henrique Carballal
henriquecarballal@cms.ba.gov.br

Ouvidora-Substituta:
Cátia Rodrigues
catiarodrigues@cms.ba.gov.br

Secretaria de Comunicação

Secretária-Chefe
Ana Cristina Barreto
ana.farias@cms.ba.gov.br

(71) 3320-0205
(71) 3320-0304
www.cms.ba.gov.br
imprensacms@cms.ba.gov.br
imprensacms@gmail.com

Siga a CMS no twitter!
www.twitter.com/camarasalvador

TV Câmara Salvador Canal 10 do Sim TV
Câmara Municipal de Salvador Praça Municipal - CEP 40020-010
Salvador – Bahia – Brasil

ISO 9001
BUREAU VERITAS Certification

Fórum defende regulamentação de classes hospitalares

Projeto foi apresentado na Tribuna Popular pela professora Maria Celeste da Silva

O Fórum de Classe Hospitalar e Atendimento Pedagógico Domiciliar ocupou a Tribuna Popular da Câmara Municipal, na sessão ordinária de segunda-feira (30), quando pediu o apoio dos vereadores para a proposta de projeto que regulamenta a atividade, entregue para apreciação pela Comissão de Educação da Casa. Segundo a professora Maria Celeste Ramos da Silva, em Salvador atuam 48 profissionais, atendendo a cerca de 2000 alunos em 16 instituições de saúde, quatro casas de apoio e 18 domicílios.

O Fórum elaborou a proposta e defende que o Executivo abrace a idéia, encaminhando projeto semelhante ao Legislativo. "As classes podem ser extintas a qualquer momento, a depender do gestor", alertou Maria Celeste, frisando que a regulamentação dará tranquilidade e segurança jurídica aos professores que há 14 anos desempenham a atividade, atendendo às necessidades pedagógicas de crianças e adolescentes hospitalizados.

Ela observou a importância do tratamento continuado para jovens com câncer, anemia falciforme, doenças renais crônicas e outras enfermidades que exigem longos períodos de internação. Com as classes hospitalares esses pacientes têm a garantia da manutenção do processo de escolarização.


Foto: Valdemiro Lopes

Maria da Celeste da Silva representou as professoras na Tribuna Popular

O vereador Leo Prates (DEM), presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), deixou claro que não existe projeto tramitando na Casa com esse objetivo. Aladilce Souza (PCdoB) disse que manteve contato com o secretário municipal da Educação, Guilherme Bellintani, que se comprometeu a receber o Fórum para discutir o projeto. Duda Sanches (DEM), presidente da Comissão de Saúde, se dispôs a discutir o projeto assim que ele chegue à Câmara.

Hilton Coelho (PSOL) classificou o projeto como "importantíssimo", por dar o amparo legal às classes hospitalares, necessárias para que não haja uma ruptura no processo pedagógico das crianças e adolescentes. O vereador Everaldo Augusto (PCdoB), vice-líder da bancada da oposição, argumentou que a educação é um direito universal e deu apoio ao projeto.

Presidente da Comissão de Educação, o vereador Sílvio Humberto (PSB) ressaltou a necessidade da categoria ser ouvida e das professoras terem segurança jurídica para continuarem atuando. Manifestaram solidariedade aos professores, também, os vereadores Kátia Alves (DEM), Kiki Bispo (PDT), Moisés Rocha (PT) e Luiz Carlos (PRB).

Integração tarifária ônibus/ metrô em debate na Câmara

Audiência pública convocada por Euvaldo Jorge acontecerá nesta quinta (3), às 9h

A Comissão de Transporte, Trânsito e Serviços Municipais da Câmara Municipal de Salvador, presidida pelo vereador Euvaldo Jorge (PP), promove nesta quinta-feira (3) audiência pública para debater a tarifa de integração entre os sistemas de ônibus e metroviário. O encontro vai acontecer a partir das 9h, no auditório do Edifício Bahia Center (Rua Ruy Barbosa), prédio anexo da Câmara. Foram convidados representantes da CCR Metrô Bahia, SETEPS e Governo do Estado.

A integração dos ônibus de Salvador e da Região Metropolitana com o metrô da capital deve unificar as tarifas desses três sistemas. A divulgação oficial do modelo e do valor da tarifa deve ser feita ainda esta semana. "Nós precisamos debater essa mudança e convidar a população para participar das discussões. Afinal, são os soteropolitanos que dependem do transporte público os maiores interessados no assunto. Até agora não houve comunicação oficial da mudança e a Comissão de Transportes está atenta a isso", disse o vereador.

Câmara comemora 40 anos do bloco Alvorada

Vereador Moisés Rocha presidiu o evento que homenageou o ritmo de raiz africana



Fotos: Valdemiro Lopes



Bloco de samba pioneiro no Carnaval de Salvador, o Alvorada completou 40 anos de fundado e foi o grande homenageado da sessão especial promovida pela Câmara Municipal, na noite de terça-feira (1º), pela passagem do Dia Nacional do Samba. Idealizador do evento, o vereador Moisés Rocha (PT) justificou que a data "fortalece as raízes africanas, ressignificada pelo processo de resistência do povo negro brasileiro e uma das mais fortes expressões da cultura afrobrasileira".



Moisés fez questão de frisar que o Dia Nacional do Samba foi uma iniciativa da Câmara de Salvador, em 1940, para marcar a passagem do compositor Ary Barroso, autor do samba "Na baixa dos Sapateiros", pela cidade. Ele lançou a proposta de criação do Estatuto do Samba, em parceria com outros vereadores, para garantir a preservação da tradição, da história do samba.

"O samba é uma família e o samba e o Alvorada se fundem, é um bloco de inclusão", frisou o vereador Moisés Rocha, ressaltando que o samba não é só um ritmo, mas um patrimônio imaterial brasileiro.

Perseverança

Em nome do Alvorada falou o presidente Vadinho França, que agradeceu a homenagem ao bloco que reúne de 2000 a 3000 pessoas no Carnaval de Salvador. "Perseverança é a palavra que melhor define a trajetória do Alvorada, que se mantém firme apesar de todas as dificuldades enfrentadas por todos os blocos de samba", disse Vadinho.

A saudação ao bloco foi feita também por Ailton Ferreira, representante da Secretaria Estadual de Promoção da Igualdade Racial, que protestou contra a falta de visibilidade aos blocos afro e de samba. E lembrou que a força do ritmo foi exibida na caminhada do Dia do Samba, no domingo (29), "quando quase um milhão de pessoas seguiram pelas ruas de Salvador, atrás de nove trios elétricos, sem a mídia chamar".

Integraram a mesa da sessão, ainda, o presidente da União das Entidades de Samba da Bahia (Unasamba), José Luís Lopes; o fundador do Alvorada, Waldemar Vianna; a sambista Gal do Beco; o assessor especial do governador Rui Costa, Ivan Alex; o presidente do Conselho do Carnaval (Concar), Pedro Costa; e o cantor e compositor Nelson Rufino.

A sessão foi aberta com a execução dos hinos Nacional, ao 2 de Julho e do Alvorada (esta última cantada por Valdério França). A música dos 40 anos do bloco foi cantada por Marcos Poca Olho. O Grupo Jiló também se apresentou no evento, que contou ainda com a declamação da canção Ogum pelo compositor Bira.



Vereador destaca instalação de módulo-conforto para taxistas

Segundo Euvaldo Jorge, os equipamentos vão contribuir com a saúde e a dignidade dos taxistas

A entrega do primeiro módulo-conforto para taxistas foi comemorada pelo vereador Euvaldo Jorge (PP). Segundo o edil, a instalação do equipamento foi em resposta a um requerimento apresentado à Mesa Diretora da Câmara no mês de agosto. "Hoje os taxistas dependem da boa vontade dos gerentes ou proprietários de estabelecimentos comerciais para ir ao banheiro, por exemplo. Nesse sentido, o processo licitatório para o transporte público por ônibus de Salvador contempla os módulos de conforto para os rodoviários, mas não para os taxistas. E em números absolutos eles estão em maior quantidade, e merecem ter o mesmo tratamento do poder público", argumenta Euvaldo.

No requerimento, o vereador lembrou que além de ter melhores condições de trabalho, os módulos também vão contribuir com a saúde e a dignidade dos taxistas. O espaço de descanso instalado pela prefeitura na região do Shopping da Bahia possui um toldo de 100 metros quadrados, grama sintética, pufes, mesas, banheiros, sala de atendimento, água mineral e ar-condicionado. Além desta área principal, outros três pontos de apoio serão criados no Rio Vermelho, Farol da Barra e Comércio.

Foto: Max Haack



Primeiro módulo instalado no Shopping da Bahia

Foto: Reginaldo Ipê



Vereador Euvaldo Jorge

Segundo dados da Associação das Empresas de Táxi, existem cerca de sete mil profissionais circulando pela capital baiana.

Cultivo de hortas nas escolas da Rede Municipal de Ensino

Proposta foi apresentada na Câmara de Salvador pelo vereador Orlando Palhinha

O vereador Orlando Palhinha (DEM) apresentou, na Câmara de Salvador, o Projeto de Lei nº 380/15, que prevê o cultivo de hortaliças, legumes, verduras e flores nas escolas da Rede Municipal de Ensino. Denominada "Horta na Escola: Colhendo o que Plantou", a proposta visa estimular a alimentação saudável e o estudo da educação ambiental.

A medida consiste em os próprios alunos plantarem e colherem alimentos e flores que serão utilizados na merenda escolar e na decoração da escola, respectivamente, a fim de estabelecer o primeiro contato com diferentes formas de cultivo.

Segundo a justificativa do vereador, o projeto "Horta na Escola: Colhendo o que Plantou" se caracteriza por ser uma atividade continuada. Dessa forma, uma vez montada, a horta será utilizada por novas turmas, dando continuidade ao programa.

"Hortas escolares são instrumentos que, dependendo do encaminhamento dado pelo educador, podem abordar diferentes conteúdos curriculares de forma significativa e contextualizada para promover vivências que resgatam valores", diz Palhinha, ressaltando a necessidade de criação de áreas verdes produtivas nas escolas onde todos se sintam responsáveis.

"Construir a noção de que o equilíbrio do ambiente é fundamental para a sustentação da vida em nosso planeta", completa Palhinha.

Aladilce quer novas maternidades em Salvador e Camaçari

Vereadora alerta para o déficit de leitos no estado da Bahia

A vereadora Aladilce Souza (PCdoB) enviou à Prefeitura de Salvador e ao Governo do Estado projetos para indicar a construção de maternidades em Salvador e em Camaçari. Com base na pesquisa de 2014 divulgada pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), o déficit de leitos no Estado da Bahia chega a 3 mil, o equivalente a três para cada mil habitantes. Salvador conta com apenas duas maternidades publicas de alto risco, a do Hospital Roberto Santos e da Maternidade José Maria Magalhães Neto, ambas atendem a população da capital e do interior do estado.

"A hora do parto é um momento em que as mulheres devem ser tratadas de maneira ainda mais acolhedora, mas o atendimento humanizado está comprometido pela falta de leitos, insuficiência estrutural e superlotação das maternidades. Salvador tem apenas 534 leitos obstétricos do SUS e outros 187 da rede privada ou filantrópicos. Esse é um número insuficiente para atender à população de forma satisfatória", afirmou a comunista.

No mês de outubro, uma audiência pública foi realizada pelas comissões de Saúde, Planejamento Familiar e Seguridade Social e de Defesa dos Direitos da Mulher que discutiu a crise na assistência obstétrica de Salvador. Na ocasião, diversos participantes da mesa levantaram a questão como "necessária para amenizar o problema".

Waldir Pires faz duas indicações ao Executivo

Matérias beneficiam servidores da prefeitura e micro e pequenas empresas

O vereador Waldir Pires (PT) é autor de dois projetos de indicação enviados ao prefeito ACM Neto. Em uma das matérias, o vereador propõe que a prefeitura emita ato administrativo concedendo um ou dois dias de licença por ano para a realização de exames preventivos de câncer ginecológico, de mama e de próstata para funcionários do Executivo Municipal com mais de 40 anos.

No outro texto, Waldir Pires sugere ao prefeito que adote, através de decreto, a regulamentação no Município do Estatuto Nacional da Micro e Pequena Empresa, estabelecendo que todas as compras públicas dispensadas de licitação, em razão do pequeno valor, sejam feitas exclusivamente com micro e pequenas empresas e sociedades cooperativas.

Fotos: Reginaldo Ipê



Vereador Waldir Pires

O Projeto de Indicação nº 536/15 considera que a prevenção precoce do câncer é fundamental para o sucesso de seu tratamento, levando em conta que, com os conhecimentos atuais de oncologia preventiva, é possível fazer a detecção precoce de câncer ginecológico, de mama e de próstata, que, na maioria das vezes, recebe tratamento cirúrgico simples, sem necessidade de radioterapia ou de quimioterapia, e com grande probabilidade de cura. Os servidores que utilizarem a licença deverão comprovar a realização dos exames, por meio de documento que os ateste, expedido pelo médico consultado.

Pequenas empresas

No Projeto de Indicação nº 537/15, o vereador Waldir Pires indica que todas as compras públicas dispensadas de licitação, em razão do pequeno valor, sejam feitas exclusivamente com micro e pequenas empresas e sociedades cooperativas. Para a proposta, o vereador considerou que o país vive um momento em que a falta de oportunidade em empregos formais faz a população enxergar novas oportunidades, principalmente no micro e pequeno empreendedorismo, e que esse segmento requer apoio e incentivos para se manter e progredir.

A dispensa se aplicaria nas contratações de valor estimado de até R$ 80 mil, o processo licitatório será destinado exclusivamente para esse segmento. Nas contratações acima de R$ 80 mil, sempre que os produtos e serviços puderem ser divisíveis, o decreto deverá prever que a administração municipal reserve uma cota de 25% para participação exclusiva das micro e pequenas empresas.

Everaldo Augusto critica bancada da situação

Vereador afirma que não há base moral para críticas à privatização da Ebal



Vereador Everaldo Augusto

Vice-líder da oposição na Câmara Municipal, o vereador Everaldo Augusto (PCdoB) afirma que defende os trabalhadores da Empresa Baiana de Alimentos (Ebal/Cesta do Povo), no processo de privatização pelo governo estadual, mas critica a bancada da situação. "Quem tanto praticou e pratica a privatização não tem moral para criticar", enfatiza.

"Somos contra as privatizações porque os maiores prejudicados serão os pais e mães de famílias que acabam perdendo seus empregos e garantias previstas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)", diz o vereador, criticando os governos de Antonio Carlos Magalhães, César Borges e Paulo Souto, nos quais – aponta Everaldo Augusto – foram privatizados o Baneb, a Coelba, o Sistema Ferry Boat, a Telebahia e outras empresas públicas.

O vereador afirma que a venda dessas empresas, embora legal, causou desemprego e aumentos abusivos das tarifas. "Vale lembrar que a atual administração municipal colocou à venda, para especulação imobiliária, 59 terrenos públicos, privatizou a Estação da Lapa e vai fazer o mesmo com a Zona Azul", acusa Everaldo Augusto.

Foto: Internet



CÂMARA MUNICIPAL

ATA

66ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 3º PERÍODO LEGISLATIVO DA 17ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

PRESIDENTE: VEREADOR PAULO CÂMARA
1º SECRETÁRIO: VEREADOR ORLANDO PALHINHA (em exercício)
2º SECRETÁRIO: VEREADOR LÉO PRATES (*ad hoc*)

Compareceram os Senhores vereadores ALADILCE SOUZA, ALBERTO BRAGA, ALEMÃO, ALFREDO MANGUEIRA, ANA RITA TAVARES, ANTÔNIO MÁRIO, ARNANDO LESSA, ATANÁZIO JÚLIO, BECA, CARLOS MUNIZ, CÁTIA RODRIGUES, CLAUDIO TINOCO, DUDA SANCHES, EDVALDO BRITO, ELIEL, EUVALDO JORGE, EVERALDO AUGUSTO, GERALDO JÚNIOR, GILMAR SANTIAGO, HENRIQUE CARBALLAL, HILTON COELHO, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, J. CARLOS FILHO, JOSÉ TRINDADE, KÁTIA ALVES, KIKI BISPO, LEANDRO GUERRILHA, LÉO PRATES, LUIZ CARLOS DE SOUZA, LUIZ CARLOS SUICA, MOISÉS ROCHA, ODIOSVALDO VIGAS, ORLANDO PALHINHA, PAULO CÂMARA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, PEDRINHO PEPÊ, SÍLVIO HUMBERTO, VADO MALASSOMBRADO, VÂNIA GALVÃO e WALDIR PIRES. Havendo número legal, o Senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a leitura e discussão da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrição. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Projeto de Lei n. 418/15 do vereador Claudio Tinoco; Projetos de Indicação n.s 536 e 537/15 do vereador Waldir Pires, e 538 e 539/15 do vereador Claudio Tinoco; Moções n.s 59/15 do vereador Léo Prates e 60/15 do vereador Joceval Rodrigues; e Requerimentos n.s 223/15 do vereador Moisés Rocha e 224/15 do vereador Joceval Rodrigues. Terminada a leitura do Expediente, o Senhor presidente informou visita do secretário municipal Sílvio Pinheiro à Casa no dia seguinte, às 14h, para uma exposição sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), pedindo a presença de todos e que, em caso de impossibilidade, o edil ausente enviasse sua Assessoria ao evento. Em comunicação inadiável, o vereador Kiki Bispo contou sobre a inauguração do Mercado Municipal de Cajazeiras no dia anterior, com a presença do prefeito e alguns vereadores, afirmando ter sido o evento com maior participação popular que presenciou nos três anos desta gestão municipal. Na **Tribuna Popular**, teve inicialmente a palavra o Senhor Francis Tavares, presidente da Associação Baiana dos Trabalhadores da Ebal/Cesta do Povo (ABTEC), que explicou estar representando cerca de cinco mil trabalhadores ameaçados pela iminente privatização da Empresa Baiana de Alimentos (Ebal), após décadas de trabalho. Classificou como autoritária a posição do governador do Estado quanto a essa iniciativa e disse que, enquanto o bloco do PT na Casa propõe diálogo, o mesmo não acontece com o bloco do partido na Assembleia Legislativa. Contou que a Lei que prevê a privatização é de 2014 e que, desde então, apenas uma audiência pública foi realizada, tendo os trabalhadores sido proibidos, pela direção da empresa, de participar do evento. Explicou que sua entidade de classe, em conjunto com outras, elaborou uma proposta de aquisição da empresa pelos trabalhadores através de suas verbas rescisórias e passivos trabalhistas. Lamentou que o Estado estivesse dando preferência de aquisição a empresas multinacionais, após um processo de sucateamento da Ebal que é alvo de investigação do Ministério Público. Informou que o leilão de alienação da empresa foi marcado para 27 de janeiro de 2016, sem consulta aos trabalhadores, e que já se sabe quem a adquiriria, dentro de um processo "armado". Contou que trabalhadores comissionados da Ebal chegam a receber salários entre 15 e 20 mil reais, enquanto os trabalhadores comuns recebem algo próximo ao salário-mínimo. Afirmou que a empresa é viável e depende apenas de uma gestão eficiente, e observou que os trabalhadores, vindo a perder seus empregos, enfrentariam sérias dificuldades de recolocação num momento de crise econômica. Disse ter pedido nova audiência pública, tendo havido recusa do governador do Estado, e concluiu considerando que somente o diálogo, por parte dele, poderia viabilizar o projeto dos trabalhadores. Em seguida, foram votadas e aprovadas as licenças dos vereadores Ana Rita Tavares (17 de novembro) e José Trindade (25 de novembro). A Senhora Maria Celeste Ramos da Silva, representando o Fórum de Classe Hospitalar e Atendimento Pedagógico Domiciliar, explicou sobre a atuação de professores que fazem acompanhamento pedagógico para crianças, adolescentes, jovens e adultos em hospitais públicos e clínicas conveniadas. Contou que o programa já existe há 14 anos e que, atualmente, os atendimentos ocorrem em 16 instituições de saúde, 4 casas de apoio e 18 domicílios, de acordo com os últimos dados divulgados pela Secretaria Municipal de Educação. Disse que as repercussões desses atendimentos revelam um impacto positivo no processo de escolarização dos alunos, principalmente daqueles que passam por internação por tempo prolongado, como no caso de crianças com anemia falciforme, condição renal crônica, diabetes, asma e câncer. Disse haver um Projeto de Lei em tramitação na Casa, sobre a institucionalização desse tipo de atendimento, que, em audiência pública, já recebeu parecer favorável do vereador Duda Sanches, e pediu apoio aos demais vereadores para sua aprovação. Contou que foi inaugurada, pelo prefeito ACM Neto, a Escola Hospitalar e Domiciliar Irmã Dulce, quando, ao discursar, o gestor ratificou a importância de haver uma legislação específica para esse tipo de atendimento. Considerou que essa era a única forma de garantir que as crianças e demais pessoas atendidas pudessem ter suas vidas preservadas, ressaltando que, embora houvesse um compromisso dos gestores para a manutenção dessa política, as escolas poderiam ser extintas a qualquer momento, pois estão ligadas à política gerencial do Ministério da Educação (MEC) e vinculadas a dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Por fim, voltou a pedir apoio dos edis para a aprovação do Projeto. Pela ordem, o vereador Léo Prates lembrou que a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) é a primeira Comissão por que devem passar projetos e informou que não havia projeto algum sobre o assunto em seu âmbito, o que não impedia de vir a ter. Também pela ordem, a vereadora Aladilce Souza informou que o secretário de Educação se comprometeu a receber a classe hospitalar e esclareceu que, de fato, não havia projeto, mas, uma proposta da classe. Em seguida, informou que se ausentaria em razão de audiência com uma comunidade na Secretaria de Educação. Em comunicação inadiável, o vereador Leandro Guerrilha comentou sobre a procissão de São Lázaro ocorrida no último domingo no Engenho Velho da Federação, lembrando que a festa foi objeto de Projeto de Lei de sua autoria, aprovado pela Casa. Também em comunicação inadiável, o vereador Duda Sanches, como presidente da Comissão de Saúde, Planejamento Familiar, Seguridade e Previdência Social, declarou-se a favor da proposta da classe hospitalar e solidário aos debates sobre o assunto. Em seguida, informou que se ausentaria em razão de reunião com o secretário de Saúde sobre a microcefalia. Nos Comentários à **Tribuna Popular**, incialmente se pronunciou o vereador Hilton Coelho, afirmando que o processo de privatização da Ebal não é um caso isolado, estando associado a outras iniciativas do Governo de caráter neoliberal, inclusive sobre o funcionalismo. Quanto aos educadores, elogiou sua causa e o fato de eles impedirem que as crianças atendidas tenham o seu processo de alfabetização interrompido em razão de uma enfermidade. Destacou sua necessidade de amparo legal para atuar e pediu aos pares a aprovação de projeto nesse sentido. O vereador Claudio Tinoco lamentou que não tivessem discutido antes os dois temas trazidos à Tribuna, cuja importância ressaltou. Disse que a história da Ebal não é nova e lembrou a inauguração da Cesta do Povo pelo governador Antônio Carlos Magalhães, que a concebeu como um instrumento de regulação do comércio de produtos essenciais, função que passou a cumprir. Lembrou ainda o mais recente período dos cinco primeiros anos do governador Jaques Wagner, quando o secretário Reub Celestino teve elogiada a sua atuação por reordenar as finanças da Ebal, mas ampliou a variedade de produtos vendidos na Cesta do Povo, o que levou a desvios, como o fato de a maior venda registrada ser a de cerveja. Declarou-se contrário ao processo denunciado pelo representante na Tribuna e considerou que a venda da Ebal a uma multinacional traria prejuízo ao comércio popular. Pela ordem, o vereador Moisés Rocha questionou o fato de a vereadora Kátia Alves ter a palavra após o vereador Claudio Tinoco, sendo ambos do mesmo partido, e explicou que essa mesma possibilidade lhe foi negada em recente Sessão, em função de colega seu de partido que já havia usado a palavra. O Senhor presidente Geraldo Júnior respondeu que o vereador Claudio Tinoco havia se pronunciado em nome da bancada de Governo, vindo a vereadora Kátia Alves a falar em nome do partido. O vereador Moisés Rocha replicou que não seria possível comentar a Tribuna Popular em nome de bancada, mas, apenas, de partidos. Pela ordem, o vereador Léo Prates explicou sucintamente o que se passara em Sessão anterior, e o vereador Moisés Rocha pediu que fosse consultado o Regimento Interno (RI). Após a consulta, o Senhor presidente afirmou que assistia razão ao vereador Moisés Rocha, mas, invocando precedente neste sentido, pediu que ele concordasse com aquele uso da palavra. O vereador Moisés Rocha reiterou que, com relação a ele, não tinha havido tal tolerância, o e Senhor presidente garantiu que ele passaria a contar com a mesma possibilidade, insistindo em que concordasse com a fala da vereadora Kátia Alves e pedindo o pronunciamento do vereador Everaldo Augusto como vice-líder da Oposição, na ausência do líder. O vereador Everaldo Augusto disse que já fora contemplado com essa concessão mas que, se não havia possibilidade no RI e nem anuência por parte do vereador que questionava o presente fato, caberia ao Senhor presidente a decisão. O vereador Moisés Rocha disse que, a partir desse cenário, retirava a sua contraposição, e reiterou pedido para que ele contasse com a mesma possibilidade, e também com intercessão em seu favor para garanti-la. Pela ordem, a vereadora Vânia Galvão disse não haver posição de bancada sobre o assunto e lamentar mais uma afronta ao RI. Disse não ser contra a fala da vereadora Kátia Alves, mas criticou a adoção de dois pesos e duas medidas. O Senhor presidente observou ter submetido a questão ao vice-líder da Oposição e o saudou pelo bom-senso. Pela ordem, o vereador Moisés Rocha esclareceu que retirou seu questionamento a partir da fala do vice-líder da Oposição, afirmando esperar que houvesse equilíbrio nas próximas oportunidades. Comentando a Tribuna, a vereadora Kátia Alves solidarizou-se com o representante da Ebal, ressaltando a importância da empresa e reforçando o risco de multinacionais a adquirirem. Por fim, declarou o apoio do DEM à causa, como, também, à causa da classe hospitalar. O vereador Everaldo Augusto considerou o assunto da classe hospitalar de grande relevância no sistema educacional, mostrando o trabalho do Governo do Estado em garantir o direito universal à educação, e defendeu a necessidade de, sobre ele, haver uma regulamentação específica. Observou que o trabalho exige especialização, dedicação e bastante conhecimento psicopedagógico do professor e que, embora ainda não houvesse um projeto, havia debate no Fórum e na própria Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da Casa, mostrando a preocupação existente em torno do assunto. Disse que a APLB-Sindicato já havia declarado seu apoio aos professores do Fórum, e declarou o apoio do PCdoB e da Oposição à causa. Em seguida, comentou sobre a anunciada privatização da Ebal, afirmando não reconhecer no DEM autoridade para criticá-la, por ter o partido apoiado a privatização de outras tantas instituições. Disse, por fim, que um novo rumo que não prejudicasse os trabalhadores deveria ser encontrado. Pela ordem, o vereador Euvaldo Jorge informou que no Diário Oficial da União (DOU) havia sido anunciado que as eleições de 2016 poderiam ser realizadas através de cédulas, e não, urnas eletrônicas, em razão de cortes havidos no Poder Judiciário, o que considerou um retrocesso. Pela ordem, o vereador Claudio Tinoco observou não ter havido, por parte dele e da vereadora Kátia Alves, qualquer abordagem crítica sobre processo de privatização, mas, sobre o leilão de uma entidade tão importante para o Estado, e afirmou querer saber qual seria a posição do PCdoB. Em comunicação inadiável, o vereador Léo Prates informou que o Ministério Público tinha acabado de ajuizar ação contra a Bahiagás em razão da cobrança indevida de tarifas. Pela ordem, o vereador Kiki Bispo concordou em ser um retrocesso eleições por meio de cédulas, mas discordou dessa possibilidade afirmando que a proposta era para o voto ser, além de eletrônico, impresso. Pela ordem, o vereador Orlando Palhinha solicitou a retirada do Projeto de Lei n. 412/15. O vereador Sílvio Humberto solidarizou-se com o trabalho das classes hospitalares, ressaltando o fato de os profissionais afirmarem o essencial direito à educação. Observou ser mais fácil um projeto se efetivar quando vem "de cima para baixo", e opinou que há situações em que se deve trabalhar em sentido inverso, construindo-se o projeto pela base, coletivamente, a partir dos que vivem a realidade em questão. Disse esperar que seus pares tivessem absorvido a mensagem trazida, em face da necessária segurança jurídica para o trabalho dos educadores hospitalares, para quem disponibilizou a Comissão de Educação. Concluiu solidarizando-se com os trabalhadores da Ebal e desejando que houvesse diálogo para resolver sua questão. O vereador Kiki Bispo considerou que o projeto para a classe hospitalar deveria ser de todos os vereadores e destacou a Cesta do Povo por promover alimentos para os mais carentes, opinando que ela não vem mais atendendo aos interesses da sociedade. Criticou o PT por deixar de defender suas bandeiras históricas e disse esperar ver o vereador Everaldo Augusto contrário a essa possível privatização, e a favor dos trabalhadores. Concluiu parabenizando o Senhor presidente e a Casa por debates como este. Pela ordem, o vereador Euvaldo Jorge informou ao vereador Kiki Bispo notícia de que estaria certo o não-uso de urnas eletrônicas nas próximas eleições. O vereador Moisés Rocha parabenizou a iniciativa dos professores e, comentando sobre a fala do representante da Ebal, lembrou que, há poucos dias, os petroleiros lutaram contra o processo de privatização da Petrobras. Disse que os trabalhadores sempre teriam o apoio do PT nesse sentido, por dizer respeito a uma história de convicção, mesmo, neste caso, concordando que a Ebal não vinha funcionando bem desde sua origem, e tendo piorado. Opinou que, se havia uma proposta para os funcionários assumirem a empresa, ela deveria ser analisada pelo Governo do Estado, lembrando já terem ocorrido casos parecidos na indústria, tendo o processo obtido êxito e as empresas, auferido lucros. Por fim, defendeu que os edis intermediassem o diálogo com o Governo do Estado e barrassem qualquer prejuízo aos trabalhadores, a quem voltou a declarar seu apoio. O vereador Luiz Carlos de Souza também se associou à luta dos trabalhadores da Ebal e à ideia de que o assunto fosse discutido com o Governo do Estado. Como membro da Comissão de Saúde, disse apoiar a causa da classe hospitalar, considerando a proposta de criação de uma lei um passo importante na defesa dos direitos das crianças e da categoria, o que merecia a atenção de todos. Verificada falta de *quorum*, a Sessão foi suspensa por 15 minutos. Não se restabelecendo o *quorum*, o Senhor presidente Geraldo Júnior declarou encerrada a Sessão, antes marcando outra para o dia seguinte, à hora regimental.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO

EXPEDIENTE DA MESA

ATO Nº. 1.475/2015

"Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2015, no âmbito da Câmara Municipal de Salvador, e dá outras providências".

A **MESA EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR**, no uso de suas atribuições e tendo em vista a necessidade de elaboração do Balanço Geral e da Prestação de Contas Anual do Município, conforme estabelecido no art. 172 da Lei Orgânica do Município e, ainda, considerando os dispositivos da Lei Complementar Federal nº 101 de 04 de maio de 2.000 que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal,

R E S O L V E:

Art. 1º - Para fins de encerramento do exercício financeiro de 2015 e levantamento do Balanço Geral do Município, a Câmara Municipal de Salvador - **CMS** observará as normas orçamentárias, financeiras, patrimoniais e contábeis vigentes e as disposições deste Ato.

Art. 2º - Na execução orçamentária do corrente exercício financeiro, as despesas somente poderão ser empenhadas até o dia 21 de dezembro de 2015, inclusive as NE complementares aos empenhos estimativos e globais, excetuando-se os casos relativos a pessoal e encargos sociais.

§ 1º - Os saldos dos empenhos, por estimativa e global, que excederem a competência do exercício serão anulados.

§ 2º - As despesas contratadas durante o exercício de 2015 e cuja realização dar-se-á no exercício de 2016, afetarão o orçamento do exercício em que está sendo realizada.

Art. 3º - A liquidação da despesa será efetuada até o dia 22 de dezembro de 2015, excetuando-se os casos relativos a pessoal e encargos sociais.

Art. 4º - O pagamento das despesas pela CMS deverá ser efetuado até o dia 28 de dezembro de 2015

Parágrafo Único – A Diretoria Financeira através da Coordenação Financeira anulará as ordens bancárias e os cheques emitidos que não forem pagos em tempo hábil para o seu processamento dentro do exercício financeiro.

Art. 5º - As despesas empenhadas e não liquidadas ou os seus respectivos saldos, cujas obrigações correspondentes forem consideradas insubsistentes, deverão ser canceladas até 31 de dezembro, anulando-se as respectivas Notas de Empenho. Se subsistentes, deverão ser inscritas em Restos a Pagar. Entendem-se como subsistentes os empenhos emitidos de acordo com a legislação específica em vigor.

Art. 6º - Serão inscritas em Restos a Pagar, as despesas legalmente empenhadas e não pagas, distinguindo-se as processadas das não processadas.

Parágrafo Único – Não deverão ser contraídas obrigações de despesas que não possam ser integralmente pagas dentro do exercício financeiro ou que devam ser inscritas em Restos a Pagar sem que haja disponibilidade suficiente de caixa, para cumprimento ao que disciplina o art. 42 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 7º - Para regularização dos Restos a Pagar, inscritos e não pagos, a Diretoria Financeira da CMS, através da Coordenação de Contabilidade, cancelará até o dia 31 de dezembro de 2015, as despesas empenhadas e não pagas referentes ao exercício de 2014.

Parágrafo Único - Assegura-se ao credor, na forma da legislação vigente, o direito de recebimento dos Restos a Pagar cancelados através da rubrica "Despesas de Exercícios Anteriores".

Art. 8º - Os responsáveis por adiantamentos, sob pena de responsabilidade, na forma da lei, independente do prazo de aplicação previsto no ato da concessão, deverão apresentar as respectivas comprovações até às 17:00 horas do dia 21 de dezembro de 2015, data em que deverão recolher os saldos financeiros, à conta de movimento da **CMS**, de nº 13000914-0, na Agência 3041 - Mercês do Banco Santander S/A.

§ 1º - Os processos de comprovação de adiantamentos deverão ser apresentados à Controladoria da CMS, até o dia 22 de dezembro de 2015.
§ 2º - As despesas relativas a adiantamento concedidos, pendentes de liquidação por falta de comprovação, não poderão ser inscritas em Restos a Pagar, devendo-se anular o empenho e efetuar os registros em nome do servidor responsável, na conta "Responsabilidade Imposta", adotando-se, ainda, as medidas legais cabíveis.

Art. 9º - A Diretoria Financeira da CMS encaminhará à Controladoria Geral do Município, até o dia 30 de janeiro de 2016, os relatórios necessários à elaboração e consolidação do Balanço Geral do Município.

Art. 10 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11 – Ficam revogadas as disposições em contrário.

MESA EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, em 02 de dezembro de 2015

CLISTENES BISPO
1º Secretário

PAULO CÂMARA
Presidente

ORLANDO PALHINHA
2º Secretário

ATO N.º 1.509/2015 – A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Decreto Legislativo n.º 958/15, **RESOLVE:**

Nomear VÂNIA MOREIRA DE SANTANA, cad. 15.986, para o Cargo em Comissão de Assessor Parlamentar **G 21,** Classe **CC 10**, a partir de 18 de novembro de 2015. Salvador, 02 de dezembro de 2015.

ATO N.º 1.510/2015 – A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Decreto Legislativo n.º 958/15, **RESOLVE:**

Nomear MARISE CONCEIÇÃO SANTOS E SANTOS, cad. 15.987, para o Cargo em Comissão de Assessor Parlamentar **G 11,** Classe **CC 10**, a partir de 1º de novembro de 2015. Salvador, 02 de dezembro de 2015.

CLISTENES BISPO
1º Secretário

PAULO CÂMARA
Presidente

ORLANDO PALHINHA
2º Secretário

ATO N.º 1.515/2015 – A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Decreto Legislativo n.º 958/15, **RESOLVE:**

Nomear MARCIEL DE JESUS CERQUEIRA, cad. 15.985, para o Cargo em Comissão de Assessor Parlamentar **G 23,** Classe **CC 10**, a partir de 1º de novembro de 2015. Salvador, 02 de dezembro de 2015.

CLISTENES BISPO
1º Secretário

PAULO CÂMARA
Presidente

ORLANDO PALHINHA
2º Secretário

ATO N.º 1.522/2015 – A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Decreto Legislativo n.º 958/15, **RESOLVE:**

Exonerar ANTONIO RAIMUNDO PINELI SANTOS, cad. 15.322, do Cargo em Comissão de Assessor Parlamentar **G 29,** Classe **CC 10**, a partir de 1º de dezembro de 2015. Salvador, 02 de dezembro de 2015.

CLISTENES BISPO
1º Secretário

PAULO CÂMARA
Presidente

ORLANDO PALHINHA
2º Secretário

EXPEDIENTE DA PRESIDÊNCIA

VEREADOR(A) LICENCIADO(A)	PERÍODO	FUNDAMENTAÇÃO
SABÁ	30/11/2015	Art.18, inciso IV, Res. 910/91

EXPEDIENTE DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA

LICENÇA MÉDICA		
3279	MARIA LUISA NASCIMENTO	16/11/2015 A 20/11/2015
6031	ANDREA VASCONCELOS PAES MELLO	23/11/2015 A 27/11/2015
2188	RITA DE CASSIA LOPES GOMES	21/11/2015 A 30/11/2015

RESUMO DE ADITIVO

QUINTO ADITIVO AO CONTRATO CMS nº 29/2011

PROCESSO DE ORIGEM	CMS nº. 2047/2011
CONTRATANTE	CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR – CMS
CONTRATADA	COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS
OBJETO	Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 29/2011.
PRAZO	12 (doze) meses, contados a partir de 26/11/2015.
BASE LEGAL	Art. 57, II, da Lei Federal nº. 8.666/93, e demais informações exaradas no Processo CMS nº PR01004/2015.
VALOR TOTAL ESTIMADO	R$ 20.506,47 (vinte mil, quinhentos e seis reais, quarenta e sete centavos).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	01.031.016.2001 – 3.3.90.39.000
DATA DE ASSINATURA	26/11/2015
ASSINAM	Paulo Câmara - CMS Nelson Bragio Uzêda
TESTEMUNHAS	Matheus Caíque B. Nascimento Marenilda Santos

Kátia Alves condena projeto que retira benefícios de servidores

Vereadora criticou proposta enviada à Assembleia Legislativa pelo governador Rui Costa

"O governador Rui Costa deveria cortar gastos com mordomias no Palácio de Ondina, diminuir o número de cargos comissionados e extinguir secretarias da sua ineficiente administração, e não sacrificar os servidores estaduais, retirando benefícios já consolidados, fruto da luta da categoria", afirmou a vereadora Kátia Alves (DEM), condenando o Projeto de Emenda Constitucional (PEC) nº 148/2015, enviado pelo governador Rui Costa à Assembleia Legislativa da Bahia.

De acordo com a vereadora, a PEC representa uma afronta aos direitos dos servidores, já que impõe restrições à licença-prêmio e amplia o tempo necessário para atingir a estabilidade salarial, além de proibir a venda de um terço das férias. "É um acinte. O governador agora joga nas costas dos servidores a conta da desastrosa gestão petista, cuja irresponsabilidade administrativa paralisou o Brasil e, ao que parece, quebrou a Bahia", criticou Kátia Alves.

Fotos: Reginaldo Ipê



Vereadora Kátia Alves

A vereadora pontuou a diferença entre o discurso do PT e as ações do grupo político ao qual ela pertence. Kátia Alves lembrou que o Estatuto do Servidor Público da Bahia, um marco para a categoria, foi instituído em 1994, no governo interino de Imbassahy. "Enquanto nossos aliados historicamente se colocaram favoráveis aos direitos do funcionalismo, o Partido dos Trabalhadores, através de Rui Costa, tenta, numa manobra malvada, impor um pacote de ruindades aos servidores estaduais", concluiu.



Foto: Internet

Gilmar Santiago acompanha eleição do Conselho Tutelar

Vereador quer atenção ao pleito que será realizado no próximo domingo (6)

O vereador Gilmar Santiago (PT) afirmou que o mandato está "mobilizado e atento" no acompanhamento do processo eleitoral do Conselho Tutelar de Salvador, cuja votação será neste domingo (6). Denúncias de que autoridades municipais estão interferindo no processo com vistas às eleições de 2016 chegaram ao gabinete do edil.

"Queremos um Conselho Tutelar composto por pessoas que defendam os direitos da criança e do adolescente e não um Conselho para ser instrumento de politicagem", afirma Gilmar Santiago.



Vereador Gilmar Santiago

Hilton questiona se Paupério preside conselho da Cogel

Vereador quer respostas da prefeitura sobre manutenção do ex-secretário de Gestão em cargo público

O vereador Hilton Coelho (PSOL) solicitará ao prefeito ACM Neto que informe se o ex-titular da Secretaria Municipal de Gestão (Semge), Alexandre Paupério, ainda ocupa cargos dentro da estrutura do Município. "A Câmara Municipal não pode se omitir de exercer com rigor suas funções legislativas e fiscalizadoras, efetuando o controle da administração local. Queremos saber se Paupério continua presidindo o conselho da Companhia de Governança Eletrônica de Salvador (Cogel). Segundo informações que recebemos, ele presidiu duas reuniões e não há informações de que pedira para sair", disse.

O legislador acrescenta que Paupério foi afastado da Semge acusado de participação em esquema de corrupção com desvio de verba. "Teve bens penhorados pela Justiça, acusado de ser beneficiário de um esquema de corrupção que teria desviado da Secretaria de Educação, entre os anos de 2009 e 2012, quase R$40 milhões. Enquanto tudo não fique elucidado, não é correto que continue exercendo cargos dentro dos quadros da prefeitura. Pode até ser legal, porém, no mínimo, soa como imoral", enfatiza.

O prefeito ACM Neto, segundo o vereador Hilton Coelho, precisa se posicionar e dizer claramente se Alexandre Paupério ainda está na Cogel. E argumentou: "Falta idoneidade moral para continuar nos quadros da Prefeitura, a não ser que exista conivência. Uma acusação de uso de recursos públicos oriundos dos cofres soteropolitanos, em 2013, pela Semge, comandada por Paupério, para a compra de mobiliário escolar para a rede municipal de ensino, no valor total de R$45,9 milhões, com indícios de superfaturamento, não pode ficar impune ou sem explicações para a população de Salvador".